

Volume

31/1

ICH - UFPel



# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

**Acervos: Diferentes suportes de memória**

**Reitoria**

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

**Instituto de Ciências Humanas**

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –  
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

Membros do NDH:

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

*Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes*

*Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas*

*Prof. Dra. Márcia Janet Espig*

Técnico Administrativo:

*Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos  
Educacionais*

*Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração*

**História em Revista** - Publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**Comissão Editorial:**

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

*Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes*

*Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck*

*Profa. Dra. Márcia Janet Espig*

*Prof. Dr. Jornas Vargas*

*Paulo Luiz Crizel Koschier*

**Conselho Editorial:**

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,  
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

*Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP -  
Marília)*

*Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)*

*Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)*

*Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)*

*Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha  
(UNICAMP)*

*Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)*

*Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)*

*Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal  
de Uberlândia)*

*Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)*

*Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)*

*Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa*

*Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,  
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)*

*Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)*

*Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de  
Coimbra)*

*Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)*

*Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade  
de Évora)*

*Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade  
do Minho)*

*Profa. Dra. Maria Silvia Di Liscia (Universidad Nacional  
de La Pampa – AR)*

*Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto  
Hurtado – Chile)*

*Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)*

*Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de  
Buenos Aires).*

*Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)*

*Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)*

*Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)*

*Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)*

*Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)*

*Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)*

*Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)*

*Editora: Lorena Almeida Gill*

*Editores do Volume: Ma. Ângela Beatriz Pomatti (Museu de  
História da Medicina do RS), Dra. Lorena Almeida Gill  
(NDH-UFPEL) e Dra. Véra Lúcia Maciel Barroso  
(Arquivo Histórico do CHC - Centro Histórico-Cultural  
Santa Casa Porto Alegre)*

*Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier*

*Imagem da capa: Trabalho de higienização de acervo do  
NDH-UFPEL. Fonte: Núcleo de Documentação  
Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner*

*Pareceristas ad hoc: Dra. Adriana Fraga da Silva  
(FURG); Dra. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS);  
Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM); Dra. Cassia Silveira  
(UFRGS); Dr. Charles Monteiro (PUCRS); Dra. Cíntia  
Vieira Souto (UFRGS/MP-RS); Dra. Claudira do*

Socorro Cirino Cardoso (Secretaria de Educação do Pará); Dr. Cristiano Henrique de Brum (FIOCRUZ); Dra. Daiane Brum Bitencourt (UFRGS/PUCRS); Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT); Dra. Daniele Gallindo (UFPEL); Dra. Elis Regina Barbosa Angelo (UFRRJ); Dra. Jaqueline Hasan Brizola (FIOCRUZ); Dra. Leticia Brandt Bauer (UFRGS); Dra. Maira Ines Vendrame (UFPEL/UFJF); Dra. Márcia Regina Bertotto (UFRGS); Dr. Marcos Witt (Instituto Histórico de São Leopoldo-RS); Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC); Dra. Mariseti Cristina Soares (UFT); Dra. Mariluci Cardoso Vargas (PNUD/MDHC/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL); Dr. Rejane Silva Penna (Arquivo Histórico do RS); Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPAC); Dr. Tiago da Silva Cesar (UFRPE/UNICAP); Dr. Wilian Junior Bonete (UFPEL)

### Editora e Gráfica Universitária

#### Conselho Editorial

*Presidente do Conselho Editorial:* Ana da Rosa Bandeira

*Representantes das Ciências Agrárias:* Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

*Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra:* Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

*Representantes da Área das Ciências Biológicas:* Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

*Representantes da Área das Engenharias:* Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências da Saúde:* Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas:* Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

*Representantes da Área das Ciências Humanas:* Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

*Representantes da Área das Linguagens e Artes:* Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

*Seção de Pré-Produção* – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

*Seção de Produção*

*Preparação de originais* – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

*Catálogo* – Madelon Schimmelpfennig Lopes

*Revisão textual* – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

*Projeto gráfico e diagramação* – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

*Coordenação de projeto* – Ana da Rosa Bandeira

*Seção de Pós-Produção* – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

*Projeto Gráfico & Capa* – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS  
Fone: (53) 98115-2011

*Edição:* 2026/1  
ISSN – 2596-2876

*Indexada pelas bases de dados:* Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

### UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

*e-mail:* historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733  
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPEL

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Acervos : Diferentes suportes de memória) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.1, jan. 2026. – Pelotas: UFPEL/NDH, 2026 – 484 p. ; 18,1 MB

Semestral  
e-ISSN: 2596-2876  
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader  
Disponível em:  
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Museus

CDD: 907

## FORTALEZA E AS FAVELAS: UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM E O CRESCIMENTO DE ÁREAS MARGINALIZADAS NA CAPITAL CEARENSE (1850-1986)

FORTALEZA AND THE SLUMS: A STUDY ON THE ORIGIN AND GROWTH OF MARGINALIZED AREAS IN THE CAPITAL OF CEARÁ (1850-1986)

### Angerlânia da Costa Barros

Doutora em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em História e Culturas, na linha de Práticas Urbanas, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Urbanização, Favelas, Políticas Habitacionais, Conjuntos Habitacionais, Exclusão socioespacial, Remoção de favelas, Periferia, Resistência e Moradia Popular.

E-mail: angel\_htaa@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5415-9178>

**Resumo.** O objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de crescimento das favelas em Fortaleza, entre 1850 e 1986. A escolha por este recorte temporal adveio da primeira menção da existência de um local desordenado e irregular na capital cearense, em meados do século XIX, como também, pelo ano em que finda a política habitacional do Banco Nacional de Habitação-BNH, criada para diminuir o déficit de moradias e contribuir para a erradicação de zonas marginalizadas. Desse modo, o estudo trata da formação das primeiras favelas na metrópole cearense e das tentativas de eliminação desses locais, durante a segunda metade do século XX, mostrando o quanto estes projetos não conseguiram controlar o aparecimento e o aumento destes espaços na capital. Para tanto, utilizamos notícias de jornais, documentos oficiais e bibliografia sobre o tema.

**Palavras-chave.** Favelas, Fortaleza, Conjunto Habitacional, Urbanização.

**Abstract.** The objective of this research was to analyze the process of growth of the slum in Fortaleza, between 1850 and 1986. The choice for this time frame came from the first mention of the existence of a disorderly and irregular place in the capital of Ceará, in the mid-19th century, as well as the year in which the housing policy of the National Housing Bank (BNH), created to reduce the housing deficit and contribute to the eradication of marginalized areas, ended. Thus, the study deals with the formation of the first slums in the metropolis of Ceará and the attempts to eliminate these places during the second half of the 20th century, showing how these projects failed to control the emergence and growth of these spaces in the capital. To this end, we used newspaper articles, official documents and bibliography on the subject.

**Keywords.** Slums, Fortaleza, Housing Complex, Urbanization.



## A favela antes da favela: a origem em Fortaleza

Logo em seguida de sua elevação à condição de Vila, em 13 de abril de 1726, a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção teve a sua primeira Planta desenhada pelo Capitão-mor Manuel Francês, a qual apresentava tão somente as poucas construções erguidas no período – o pelourinho, a forca, a Igreja de São José do Ribamar, umas casas cobertas de palhas e outras de telhas, algumas árvores, a bandeira de Portugal e umas peças de artilharia (Lima, 2013, p. 37). Apesar do título de Vila, Fortaleza apresentava o mesmo aspecto de pobreza e abandono, quase ilhada em seu “montão de areia” (Castro, 1977). Entende-se o porquê de seu primeiro mapa não mostrar arruamento e escala definida.

A partir do século XIX, o disciplinamento do espaço da Vila passou a figurar nos atos dos Governadores da Capitania do Ceará, mas foi em 1812, no governo de Manoel Inácio de Sampaio (1812-1820), que Fortaleza experimentou seus primeiros projetos urbanísticos e as suas primeiras normas de organização espacial com a elaboração da “Planta do Porto e Villa da Fortaleza” do engenheiro português Antônio José da Silva Paulet. A Planta de Silva Paulet buscava impedir a continuidade do desalinhamento das ruas já presentes naquele período, onde as casas eram construídas em qualquer lugar (Lima, 2013, p. 38). Era o início da implantação do estilo xadrez.

O plano determinava a regularização e o alinhamento das ruas, de modo que estas seguissem um padrão de linha reta, um estilo quadrangular, formando perpendiculares e paralelas, como um tabuleiro de xadrez, a fim de adequarem-se a natureza relativamente plana do terreno, facilitando também, a circulação de mercadorias e pessoas. Importa ressaltar que este modelo de Planta em xadrez não era novo, pois, como visto, ele foi idealizado pelos gregos helenísticos e aperfeiçoado pelos romanos e seguia as mesmas intenções urbanísticas de outrora, a ordenação dos espaços para garantir a uniformidade do território, o controle das pessoas e a agilidade de locomoção (Mumford, 2004).

O plano traçado por Silva Paulet deu novas feições à Fortaleza, mas foi quando de sua elevação à condição de cidade, em 17 de março de 1823, por meio do decreto imperial de mesma data, que a agora Fortaleza de Nova Bragança, conseguiu dar passos mais acelerados rumo a sua urbanização (Araújo, 2007, p. 53). Em 1825, por exemplo, surgem os primeiros sobrados, dando fim ao preconceito de que o terreno da cidade não suportava edificações de mais de um andar (Araújo, 2007, p. 53). Neste mesmo ano, também aportava nesta cidade cearense, aquele que seria responsável por muitas transformações na estrutura urbana de Fortaleza, o carioca Antônio Rodrigues Ferreira.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Segundo Araújo (2007, p. 53), por ter dedicado sua vida ao desenvolvimento comercial e urbano de Fortaleza, ele foi homenageado, dando seu nome a um dos espaços mais ilustres da capital, a Praça do Ferreira.



Em 1835, a Câmara Municipal aprova o primeiro Código de Posturas, o qual tentava disciplinar o estilo de vida dos migrantes oriundos das secas do interior do estado que chegavam à cidade. Esses sertanejos foram considerados, até a década de 1980, os principais responsáveis pelo caos e desordem na capital cearense, bem como, pela favelização<sup>2</sup> de Fortaleza. Na administração de Antônio Rodrigues Ferreira (1843-1859), o “Boticário Ferreira”, foram organizados dois planos para Fortaleza: a Planta de Antônio Simões Ferreira de Farias, em 1850, que seguiu as mesmas intenções de Silva Paulet e, o Mapa de Manuel do Rego Medeiros, de 1856.

A primeira Planta fazia referência à praia onde já existia uma “[...] ocupação irregular, quase espontânea, indicada no desenho de modo um tanto confuso, fato que teria motivado a contratação de Farias para fazer uma planta unicamente referida àquela parte da cidade [...]” (Castro, 2005, p. 107). Não se sabe se esta parte foi um equívoco (erro no desenho) ou se, tendo existido, foi traçada na nova malha (Castro, 2005). Pode-se apenas presumir, caso o lugar fosse verdadeiro, que em 1850, a distribuição de moradia na cidade já fugia do controle do governo ou até que já existia uma “favela” (espaço precarizado) antes mesmo da “favela” (termo conceitual).

Ao analisar o mapa, Castro (2005) descreveu o local enquanto uma ocupação irregular, espontânea e “desconhecida”, podendo supor que a área era habitada por uma população de baixa renda. Caso tivesse a presença de representantes mais abastados, o lugar não seria desenhado com tanta estranheza ou “confusão” e, ao chamá-lo de irregular e espontâneo, denota-se que ele não condizia com as regras urbanas da época e, tampouco continha serviços e equipamentos citadinos. Estas características faziam parte das primeiras definições dadas às favelas, a partir de 1897: “[...] área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz [...]” (ZaluaR; Alvito, 2006, p. 7).

Em outras palavras, era como se Fortaleza já possuísse “favela” (local) antes da “favela” (termo). Porém, a presença deste tipo de espaço de moradia só foi registrada oficialmente em 1888, na última Planta feita por Adolfo Herbster. Atentemos para o ano em que os escravizados foram libertos e despejados nas cidades sem receber apoio financeiro e/ou programa de inserção social, algo que impulsionou a ocupação de espaços precarizados, como morros e encostas por muitas famílias recém-libertadas. Como a abolição ocorreu quatro anos mais cedo na Metrópole cearense, desde 1884, essa população passou a morar em cortiços, locais abandonados, entre outros.

---

<sup>2</sup> Segundo Valladares (2005, p. 53), o termo refere-se ao processo de apropriação de terrenos vazios ou de desordenamento de “[...] zonas construídas, através da ocupação de interstícios, pátios, quintais ou jardins pertencentes a imóveis já existentes”.





As pregressas plantas do século XIX são de Adolfo Herbster. Este buscou pela representação correta e real do mapeamento da cidade, a fim de facilitar qualquer intervenção urbanística futura. Para tanto, construiu quatro planos, corrigindo ou desenvolvendo algum aspecto equivocado ou limitado entre eles, de modo a aperfeiçoar e tornar os mapas mais completos. A “Planta Exacta da Capital do Ceará”, de 1859, exibiu todo o equipamento público e privado do período e preocupava-se em salvaguardar as áreas verdes. A “Planta Reformada de 1863” dividiu a cidade em bairros para relacionar o número de vereadores ao número de bairros (Lima, 2013).

A população de Fortaleza, nos anos de 1860, era de 16 mil habitantes, porém, só existiam 960 casas de tijolo e telha, entre elas, oitenta eram sobrados, ocupando oito ruas, sendo os subúrbios ocupados por palhoças (Souza, 2009). Estas características já apontavam a desigualdade entre os estratos sociais, sobretudo, em relação à qualidade da moradia e ao local de habitação dos mais pobres. O avançar desta realidade habitacional desigual é observado nos resultados do primeiro Censo Demográfico<sup>3</sup> realizado no Brasil, em 1872. A capital cearense possuía 42.458 habitantes, porém pouco mais da metade desta população (21.375 pessoas) morava no perímetro urbano, o restante habitava o subúrbio, em moradias de palhas.

Além disto, os moradores da parte urbana residiam em 4.300 casas de alvenaria e em 1.178 casebres (Lima, 2013). Percebe-se, assim, que o progressivo crescimento populacional não era equivalente ao desenvolvimento socioeconômico de todos os fortalezenses e o espaço de morada dos menos abastados, já chamava a atenção dos governantes e urbanistas. Não à toa, a próxima planta de Adolfo Herbster trazia em seu título a palavra subúrbio: “Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios”, de 1875. Ainda que o desenho mostrasse uma unidade na malha urbana, apresentando um traçado homogêneo e integrado, o nome do plano enfatizava a existência de duas áreas distintas, sendo o subúrbio a área considerada não agregada.

Segundo Rodrigues (2013), o *subúrbio* não é sinônimo de *periferia*. A periferia aponta para além da geografia, ele remete ao espaço das margens, mostra uma relação conflitante entre um centro dominante e um espaço dominado, ao contrário de subúrbio, que se refere ao imaginário geográfico, “[...] compreendido como espaço de transição entre o urbano e o rural”. (Rodrigues, 2013, p. 13). Um dos exemplos disto é a divisão da capital mineira em três partes: no planejamento de Belo Horizonte, a zona suburbana localizava-se entre a zona urbana e o sítio rural. O termo subúrbio adveio de “sub urbs” (sub-cidade), significando também “arrabalde” ou “cercania”, isto é, atribui-se às áreas circunscritas a um aglomerado urbano.

<sup>3</sup> Também chamado de Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, foi o primeiro censo brasileiro e único do período imperial e escravista executado pela Diretoria Geral de Estatística (DGE). Atualmente, o Censo Demográfico no Brasil é responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1938), órgão que fez seu primeiro trabalho censitário em 1940. (NPHEd, 2012).





“Urbs” denota uma oposição entre a cidade e o campo, o “sub urbs” seria o lugar intermediário e devido ao crescimento das cidades, incorporados – mas não renomeados. Em outras palavras, “[...] embora passem a pertencer à mancha urbana, continuam a ser tratados como se não fizessem parte do ‘miolo’ citadino e cosmopolita [...]” (Rodrigues, 2013, p. 41-42). Ao concordar com as definições de Rodrigues (2013) em relação aos subúrbios, compreende-se o título do mapa feito por Herbster. Por outro lado, o projeto expressava a preocupação com a sistematização da área urbana, dando continuidade ao traçado xadrez e estendendo esse alinhamento das ruas até os subúrbios (Ponte, 2007).

Evidenciava-se que a proposta de organização física da cidade deveria cumprir-se em todos os espaços urbanos e suburbanos. Assim, a Planta de 1875 era inspirada nas reformas de Paris operadas pelo chamado “embelezamento estratégico” de Haussmann (Benjamin, 2009). Se “[...] a verdadeira finalidade dos trabalhos de Haussmann era proteger a cidade de Paris contra a guerra civil [...]” (Benjamin, 2009, p. 50), na capital cearense, a intenção de Adolfo Herbster também era impedir ou dificultar “[...] possíveis revoltas e distúrbios, facilitando a vigília dos poderes públicos sobre a capital” (Ponte, 2007, p. 166). Ao projetar este mapa, Herbster pareceu antecipar-se aos problemas dos anos seguintes: quando a grande seca de 1877, levou milhares de retirantes a “invadir” Fortaleza, a ocasionar conflitos<sup>4</sup> e a contribuir para o início da propagação de áreas marginalizadas, denominadas, vinte anos mais tarde, de favelas.

O fenômeno de existência das favelas é anterior ao aparecimento desse termo – utilizado para designar um habitat pobre, de ocupação ilegal e irregular e sem respeito às normas urbanísticas (Valladares, 2005). Em 1897, os soldados que voltavam da Guerra dos Canudos, um conflito entre os seguidores de Antônio Conselheiro e as tropas republicanas, ocorrido no sertão baiano, passaram a ocupar o Morro da Providência,<sup>5</sup> no Rio de Janeiro, o qual foi renomeado de Morro da Favela. Para muitos estudiosos, a troca do nome deu-se pela planta favela, espécie de vegetação presente em Canudos, ser encontrada também na Providência.

Porém, segundo Oliveira e Marcier (2006), o epíteto adveio das mulheres baianas, naturais da Serra da Favela, que vieram acompanhadas dos soldados ao Rio de Janeiro. Por terem feito moradias no Morro e sempre falarem da saudade da Serra de onde provinham, a Providência e, posteriormente, todos os morros cariocas receberam a alcunha de favelas. Contudo, apesar da denominação surgir apenas em 1897, significando “[...] qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos [...]” (Valladares, 2005, p. 26), muitos locais no Brasil, inclusive Fortaleza, já possuíam estas características, antes desta data, como demonstrado.

<sup>4</sup> “[...] além dos roubos e furtos de alimentos, realizados pelos retirantes, protestos e manifestações transformavam a cidade num palco de guerra, muitas vezes com vítimas fatais [...]” (Neves, 2007, p. 83).

<sup>5</sup> Os antigos combatentes se instalaram no Morro com a finalidade de pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados (Valladares, 2005).



É importante ressaltar que tais aspectos definidos acima, pertenciam ao contexto do final do século XIX e início do XX, pois, ao longo do tempo, diversas áreas de moradia popular consideradas favelas não eram mais formadas por casas sem alvenaria ou sem abertura de ruas, bem como já eram providas de equipamentos urbanos. Desse modo, sempre que as concepções e definições sobre as favelas foram alteradas, consequentemente, os projetos e as ações públicas para elas também se modificaram. Partindo da noção mencionada por Valladares (2005), conclui-se que, no contexto de Fortaleza, os subúrbios não se enquadrariam na categoria favela.

Mesmo que formada por casebres, palhoças e afins, a zona suburbana não se configurava como uma ocupação ilegal e possuía ruas. Entretanto, a seca de 1877-1879 somada às constantes migrações para a capital, motivadas pela estiagem ou pela busca de melhores oportunidades, acarretaram o surgimento das primeiras favelas oficiais em Fortaleza. Os milhares de sertanejos vindos à capital cearense tornaram-se a principal força de trabalho para a modernização de Fortaleza. Porém, eles não tinham direito à moradia digna, pois, a maioria terminou por morar em “abarracamentos”. Estes constituíam várias cidades de miseráveis dentro da malha urbana da metrópole cearense, entretanto, o de Jacarecanga, consistia no melhor modelo deles (Costa, 2004).

Havia também, a instalação de “abarracamentos” presente ao longo da Via férrea e da Praça da Estação central, possivelmente feita para abrigar e aproximar os trabalhadores daquela construção, formado por choupanas dispersas. Pressupõe-se que, ao término e inauguração da obra, em 1880, estes refúgios improvisados perto da Estação sucumbiram e, muitos dos seus habitantes passaram a ocupar terrenos próximos, vazios e inabitados, formando a primeira área de pré-favelamento de Fortaleza, o Arraial Moura Brasil (Jucá, 2003). A extensão deste aglomerado de moradias desordenadas e populares do Arraial chamou a atenção de Adolfo Herbster, o qual, não deixou de registrá-la em seu último plano, a “Planta da Cidade de Fortaleza, Capital da Província”, no ano de 1888.

Nos anos iniciais da República, a inconstância das chuvas no Ceará continuou a promover a chegada de retirantes em Fortaleza. A maioria das famílias repetiam sempre a mesma dinâmica: “[...] instalavam-se em praças e ruas, sem qualquer preocupação higiênica ou sanitária, em barracas improvisadas ou embaixo de árvores, dando à cidade uma atmosfera de campo de refugiados, com milhares de pessoas famintas vagando pelas ruas em busca de comida” (Neves, 2007, p. 85). As “invasões” sucessivas provocaram, em 1915, a criação de uma estratégia bem elaborada de controle, contenção e segregação dos sertanejos, os Campos de Concentração.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> O termo Campo de Concentração não faz nenhuma referência à experiência histórica do nazismo na Segunda Guerra Mundial, além de ter sido utilizado em data bastante anterior aos da Alemanha. Os Campos no Ceará serviam para manter o controle da população que queria emigrar para Fortaleza nos períodos de seca. A população que ficava nos campos, apesar de retida, não era executada em câmara de gás. (Almeida, 2013).

Estes serviram para isolar e “prender” os retirantes, em áreas afastadas do perímetro urbano da capital, a fim de evitar saques, revoltas e outros tipos de transtornos já verificados em experiências anteriores (Almeida, 2013). O primeiro Campo de Concentração construído em Fortaleza foi o do Alagadiço, concentrando cerca de 8 mil pessoas (Neves, 2007). Na seca de 1932, foram erguidos mais dois Campos,<sup>7</sup> Tauape ou Matadouro; Urubu ou Pirambu, os quais abrigaram cerca de 5 mil pessoas e estavam localizados próximos das estações ferroviárias. Esta proximidade fazia parte da estratégia governamental de conter os migrantes, que vinham à capital por este meio de transporte, bem como, de incentivar o retorno deles às suas cidades.

Os Campos de Concentração surgiram com o objetivo de segregar e repelir os sertanejos, desencorajando-os a permanecerem na capital, como planejou o Governador Benjamin Liberato Barroso, contudo, eles tiveram o efeito contrário. Os migrantes não retornaram aos seus locais de origem, ao findar a política dos Campos, e estes “acampamentos” deram lugar às favelas, a exemplo do Pirambu, formado pelo Campo de Concentração do Urubu, do Arraial Moura Brasil, do Cercado do Zé Padre, no bairro Otávio Bonfim, e de outras comunidades do Mucuripe, a Graviola e o Morro do Ouro. O êxodo rural durante a década de 1930, fez a população de Fortaleza passar de 25 mil habitantes para 180 mil pessoas, em 1940 (Araújo, 2007, p. 82). Ademais, a partir de 1942, ano de outra grande seca, outros locais foram ocupados por mais um fluxo migratório (Araújo, 2007).

O Arraial Moura Brasil, em 1947, era considerado um bairro popular (e não uma favela) pelo “Plano Diretor de Remodelação e Expansão de Fortaleza” do cearense José Otacílio Saboia Ribeiro. Outro planejamento que não trazia um levantamento das favelas da capital, mas preocupava-se em urbanizar o Arraial. Tanto por uma tentativa de requalificação urbana de sua localização geográfica privilegiada – a encosta marítima que vai desde o Passeio Público até a Escola de Aprendizes Marinheiros –, quanto pela intenção de um bom aproveitamento dos terrenos ocupados pelas classes menos favorecidas, a fim de que ele fosse um bairro em que nada devesse aos demais (Brasil; Nascimento; Carneiro, 2011).

Tal proposta de recuperar (ou ajustar) as áreas de crescimento desordenado, provinha das experiências do Rio de Janeiro ao buscar dar uma solução ao “problema favela” (Brum, 2011). Na ótica populista do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), “[...] já não era mais aceitável intervir nos espaços urbanos considerados problemáticos sem considerar a sua população [...] não seria mais sustentável incendiar as zonas urbanas<sup>8</sup> ocupadas irregularmente ou simplesmente expulsar os pobres [...]” (Valladares, 2005, p. 61). Para tanto, Vargas cria os Institutos de Aposentadoria e Pensão-IAP’s, em 1933 e, além disso, outra medida realizada para conter as favelas, foi a construção dos Parques Proletários no Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> De acordo com (Lima, 2023), o Campo do Alagadiço, Matadouro e Urubu estavam localizados onde hoje são os bairros São Gerardo, Otávio Bonfim e Pirambu, respectivamente.

<sup>8</sup> Citando o caso dos incêndios de Teresina. Ver Nascimento (2015).



Estes últimos surgiram sobre a égide de que “[...] a luta contra a favela tinha como primeiro objetivo melhorar a sorte dos seus habitantes [...] aliás, o nome parque proletário era bastante significativo, ressaltando a valorização do trabalhador, do proletário” (Valladares, 2005, p. 62), reforçando a imagem de Vargas como um presidente popular e preocupado com a classe trabalhadora. Em 1946, com a saída de Getúlio Vargas, o presidente Gaspar Dutra (1946-1951), instituiu um novo órgão para a provisão de casas populares, a Fundação da Casa Popular – FCP. Diferente dos IAP’s, a FCP tinha, exclusivamente, o objetivo de construção de moradias. Contudo, seu trabalho foi ainda mais irrisório, tendo produzido apenas 143 conjuntos, com 16.964 unidades.<sup>9</sup>

De modo semelhante aos IAP’s, a FCP também estava vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, fortalecendo a imagem da moradia própria enquanto uma das vantagens concedidas pelo Estado à determinadas categorias de trabalhadores urbanos e servindo de instrumento de cooptação e controle dos segmentos da classe trabalhadora, de cujo apoio o Estado necessitava, sobretudo, quando da retomada de Vargas à Presidência, em 1951. Ainda assim, nem todos os assalariados puderam ser contemplados com a casa própria, não apenas devido às poucas habitações construídas pelos políticos, mas também pela incapacidade financeira de arcar com as despesas da compra. O resultado foi o contínuo aumento de áreas precarizadas em todo o território nacional, a exemplo de Fortaleza.

## O crescimento das favelas e as tentativas de erradicação

As novas migrações devido às secas de 1952-1953 e 1958-1959 contribuíram para o aumento populacional de Fortaleza: de 180 mil pessoas, em 1940, o censo de 1960, estimava a existência de 514 mil habitantes (IBGE, 2000). Neste período, compreendido entre 1940 e 1960, foram mapeadas novas favelas: Estrada de Ferro; Varjota; Meireles; Papoquinho e Lagamar (Almeida, 2013). Esta última resultou diretamente da chegada dessas duas levas de migrantes. O local surgiu a partir de 1953 e cresceu quando da seca de 1958. A história dessa comunidade em prol da luta contra a erradicação desta área marcou toda a década de 1980 e influenciou outras favelas a reivindicarem o direito de permanecer em suas moradias (Barros, 2024).

Os anos de 1960 são marcados como o período de institucionalização definitiva do “problema favela” nos programas dos poderes públicos (Aldigueri, 2017). Em Fortaleza, o “Plano Diretor da cidade”, do carioca Hélio Modesto, elaborado em 20 de março de 1963, foi o primeiro a engajar-se, prioritariamente, na questão favela. Muito dessa proposição esteve também presente nos dois planos que lhe sucederam: o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza-PLANDIRF, elaborado entre 1969 e 1971 e o Programa Integrado de desfavelamento, de 1973. Lembrando que, a palavra “integrado”, presente em ambos, indicava que o desenvolvimento total de uma cidade só podia se efetivar quando todos os seus

<sup>9</sup> No Ceará foram construídas apenas 456 unidades (Ceará, 1978).



componentes (físicos, econômicos, habitacionais, humanos, entre outros) estivessem em “harmonia”.

Hélio Modesto, sugeria a provisão de moradias para todas as classes sociais, para evitar novas favelas, provavelmente consciente dos erros cometidos na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, bem como das experiências do Rio de Janeiro, sua cidade natal. Se as metrópoles não tinham como “livrar-se” dos pobres, ao menos, poderiam impedir o aparecimento do “problema favela”. Porém, construir casas a baixo custo, nunca foi um interesse do mercado imobiliário, como podemos perceber na Política habitacional dos militares, através do Banco Nacional de Habitação-BNH, que esteve em atividade por vinte e dois anos, entre 1964 e 1986, mas pouco produziu moradias acessíveis aos moradores mais pobres.

Os Conjuntos do BNH instalados em Fortaleza foram: Conjunto José Walter (1969-1973) e o Conjunto Ceará (1977-1981), ambos entregues por etapas, além do Conjunto Esperança (1981) e do Novo Mondubim (1981). Todos implantados na periferia, muito afastados da zona central e elitizada da capital cearense. Apesar disto, a maioria das casas ofertadas não eram destinadas às famílias de menor poder aquisitivo e, menos ainda, solucionou a falta de moradia para os setores populares. É importante ressaltar que o déficit habitacional atingia diretamente a população mais carente, para os mais pobres faltavam terreno, espaço e casas. Por outro lado, há residências em abundância aos mais ricos (Barros, 2018).

Diante da irrisória efetividade do BNH em combater as favelas, muitas capitais brasileiras passaram a implantar seus próprios planos de erradicação de zonas marginalizadas. Em Fortaleza, na década de 1970, o Programa Integrado de desfavelamento aliou o objetivo de desenvolver o espaço urbano, através de obras viárias e paisagísticas, com a extinção de favelas (Barros, 2018). Em outras palavras, o projeto intervia diretamente na retirada de áreas precarizadas das zonas mais centrais ou elitizadas da capital cearense, afastando essa população para os conjuntos habitacionais nas periferias, a exemplo do Arraial Moura Brasil, o qual teve os moradores transferidos para o Conjunto Marechal Rondon.

A justificativa para a transferência desses moradores era a construção de avenidas e a suposta ascensão social causada pela saída de uma condição de moradia ilegal e precarizada. Contudo, os três conjuntos habitacionais edificados pelo Programa de desfavelamento, com o apoio dos assistentes sociais da Fundação do Serviço Social de Fortaleza-FSSF, eram afastados dos polos de trabalho, sem apresentar infraestrutura mínima e quase sem equipamentos essenciais, como postos de saúde, escolas, transportes etc., mostravam-se, muitas vezes, uma opção pior que as favelas (Barros, 2018). Ainda assim, o trabalho de convencimento da FSSF conseguiu deslocar inúmeros moradores para um dos seus três núcleos: Conjunto Marechal Rondon, Conjunto Alvorada e Conjunto Palmeiras.



Porém, entre 1978 e 1979, a resistência contra a remoção pela favela José Bastos, modificou toda a política de desfavelamento na capital cearense. Primeiro, o governo estadual precisou participar desses projetos que antes apenas a Prefeitura Municipal estava. A metodologia de ação passou da venda de lotes para a venda de casas. Houve a mudança da perspectiva de remover para longe, considerando a realidade social dos moradores, pois, a maioria das pessoas “escolhiam” morar em alguma área devido à ocupação que exerciam. Para melhor explicar, muitas favelas próximas ao mar ou aos rios surgiram de famílias de pescadores, bem como, as vizinhas de indústrias ou de bairros elitizados, eram formadas por operários e domésticas.

A construção de conjuntos habitacionais próximos das comunidades de origem também era um método de não recusa por parte dos possíveis removidos, a fim de impedir novos movimentos de resistência contra a remoção. Além disso, a utilização de grandes territórios pelo BNH e a FSSF para formar núcleos de habitação em locais afastados e sem infraestrutura tinha se tornado mais um problema para os governantes administrarem. A “remoção para perto” surgia como uma tentativa de organizar melhor o espaço urbano, mantendo a ordem social e urbanística. Em outras palavras, os moradores não estranhariam ou rejeitariam o novo local, pois, além da proximidade com suas antigas casas, os conjuntos seriam implantados em áreas já urbanizadas (Ceará, 1980).

A preocupação das políticas de moradia popular era conseguir convencer os moradores a saírem de suas comunidades para os conjuntos habitacionais. Levando em conta que as condições de habitabilidade nas favelas não eram favoráveis e a insegurança quanto às ameaças de despejos tiravam a paz das famílias, a oferta de uma casa própria facilitada, indenização e um espaço, teoricamente, melhor, seria prontamente aceito por qualquer cidadão. A FSSF, no início de sua atuação, valia-se dessas promessas e da esperança das pessoas, conquistando a confiança delas e garantindo a remoção de favelas sem haver mobilização contrária a esta prática, como ocorreu no Arraial Moura Brasil (Barros, 2018).

Porém, devido à distância destes conjuntos habitacionais dos postos de trabalho, a ausência de equipamentos necessários à vida cidadina, todos os problemas de infraestrutura e a experiência negativa dos moradores, houve perda de credibilidade dos programas de desfavelamento e, conseqüentemente, a recusa de outras comunidades em concordar com a remoção. A favela José Bastos, por exemplo, conhecia as adversidades presentes nos conjuntos da FSSF e, portanto, reuniram forças para resistir e lutar pela permanência em seu local. É importante ressaltar que o período de reabertura política, iniciado pelo Presidente Ernesto Geisel também favoreceu esses movimentos sociais, a iniciar em 1977 com o Interbairros.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> O Interbairros era um grupo de cinco associações de bairros de Fortaleza, com o apoio da Igreja Católica, Partido Comunista do Brasil-PC do B e a da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE que tinha por finalidade a melhoria na infraestrutura dos bairros.







Com o movimento de resistência da favela José Bastos, em 1978, houve o surgimento da União das Comunidades, que reuniu outras áreas ameaçadas de despejo ou em busca de melhorias, como era o Interbairros: Jardim Nova Esperança, Cajueiro Torto, Bela Vista, Conjunto Palmeiras, Favela das Placas e José Bastos (Braga, 1995). A mobilização desses moradores tornou-se uma ameaça aos planos urbanísticos dos administradores de Fortaleza, enfraquecendo seu principal órgão executor, a FSSF. O desejo de possuir a casa própria era uma das maiores metas dessa população mais pobre, mas isto seria mais vantajoso se ocorresse no local onde eles já estavam morando.

Assim, seguindo também a tendência nacional do Programa Nacional de Erradicação da Sub-habitação-PROMORAR,<sup>11</sup> o qual executaria projetos de construção de moradias, urbanização e legalização de áreas precarizadas, o “novo”<sup>12</sup> Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza-PROAFA, de 1979, passou a urbanizar as comunidades ou construir conjuntos habitacionais próximos das favelas de origem. Em contrapartida, o êxodo rural, provocado pelos cinco anos de seca intensa no sertão cearense, entre 1979 e 1983, continuou a facilitar o aumento dessas áreas e a incomodar os governantes quanto às ocupações e aos pedidos de desapropriação em muitos bairros de Fortaleza.<sup>13</sup>

Ao passo que a FSSF produziu quatro conjuntos habitacionais, sendo dois em Fortaleza – Alvorada e Palmeiras – e dois na Região Metropolitana, no Município de Caucaia – Marechal Rondon e São Miguel, durante a década de 1970, o PROAFA fez doze unidades de moradia, entre 1979 e 1985. Com a redemocratização, os programas instalados pelos ditadores, a exemplo do BNH, o qual financiava o PROAFA, foram dissolvidos ou incorporados por outros projetos, fato que enfraqueceu o PROMORAR e todos os planos vinculados a este. Embora, o Programa de Assistência às Favelas aparentasse ser mais organizado e mais efetivo que a FSSF, os seus conjuntos habitacionais também eram bastante problemáticos, como será visto adiante.

<sup>11</sup> Instituído em 25 de junho de 1979, o PROMORAR investia na prática não remocionista, optando por recuperar os núcleos marginalizados, sendo a última alternativa remover, mas sempre para o mais perto possível de onde estavam os “favelados” (Ceará, 1980).

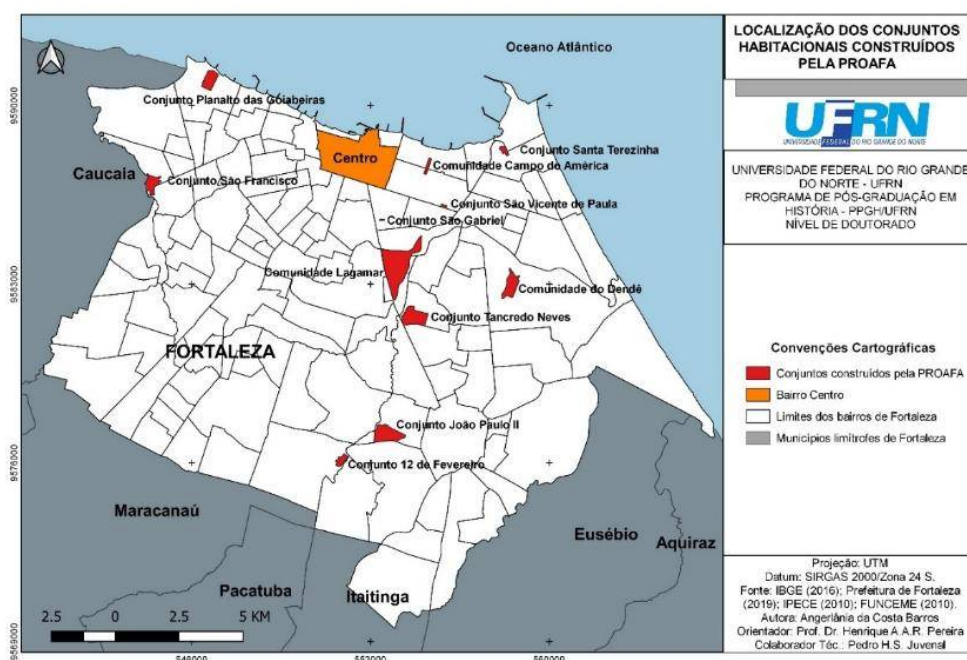
<sup>12</sup> Chamamos de novo por ele ter sido lançado após o Programa Integrado de desfavelamento, porém, eles assemelhavam-se bastante. Excetuando as propostas de reurbanizar e “remover para perto”, a PROAFA nada tinha de inovadora. Na prática, era a mesma velha política de excluir os mais pobres e erradicar as zonas marginalizadas.

<sup>13</sup> De acordo com os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, muitos bairros de Fortaleza recebiam denúncias de “invasões” e/ou foram alvo de despejos de suas favelas. Tais eles: Álvaro Weyne, Messejana, Itaperi, Jardim Iracema, Conjunto Ceará, Praia do Futuro, Bairro de Fátima, Cocó, Antônio Bezerra, Quintino Cunha, Couto Fernandes, Maraponga, Aldeota, Papicu, Conjunto Esperança, Presidente Kennedy, Dias Macedo, Bonsucesso, Otávio Bonfim, Couto Fernandes, Lagamar, Mucuripe, Siqueira, Vila Velha, Montese, Pici, Jangurussu, Serrinha, etc.

## Os conjuntos habitacionais da PROAFA e a permanência da marginalização

De todo modo, o PROAFA soube equilibrar a política de “remoção para perto” e de recuperação das comunidades. Quatro dos seus conjuntos habitacionais foram casos de reurbanização (São Gabriel, Santa Cecília, Campo do América e Dendê), cinco foram construídos (Santa Terezinha I e II, São Francisco, 12 de Fevereiro e Planalto das Goiabeiras), e três eram mistos<sup>14</sup> (Novo Lagamar, João Paulo II e Alto do Bode). O núcleo mais desafiador, em relação a quantidade de casas<sup>15</sup> e o movimento de resistência dos moradores para permanecerem em suas moradias, foi o Novo Lagamar, anos depois, rebatizado de Conjunto Tancredo Neves.<sup>16</sup> Porém, todos esses doze projetos do PROAFA receberam algum tipo de crítica por parte da população fortalezense. A imagem abaixo (retirada da minha Tese de Doutorado) mostra onde foram construídos esses núcleos na capital cearense.

**Figura 1.** Mapa de localização dos conjuntos habitacionais construídos pelo PROAFA



**Fonte.** Elaboração da autora com base em IBGE (2016), Prefeitura de Fortaleza (2019), IPECE (2010), FUNCEME (2010) e PROAFA (1980).

<sup>14</sup> Foram, em parte, construídos, e, em parte, reurbanizados.

<sup>15</sup> No plano inicial, feito em janeiro de 1980, o conjunto teria 3.400 unidades (Ceará, 1980).

<sup>16</sup> Houve um plebiscito com a Associação de Moradores desse Conjunto e a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, a fim de mudar o seu nome, devido ao estigma que o termo Lagamar carregava. As propostas eram Presidente Tancredo Neves ou Aerolândia Sul. (O Povo, 29/04/1985, p. 7). A maioria dos votos para a primeira opção se deu pelo desejo de homenagear o político que representava o fim da Ditadura Militar, apesar de eleito indiretamente. Ademais, havia também muita comoção pelo seu falecimento.



Como visto no mapa acima, os conjuntos habitacionais do PROAFA, com exceção do Lagamar, eram pequenos aglomerados espalhados em diversas localidades, originadas, principalmente, de pescadores, de trabalhadores domésticos e de migrantes. A maioria deles se localiza em áreas periféricas e, caso esteja em regiões mais elitizadas, representam uma pequena parcela do bairro. A predominância de núcleos no lado leste de Fortaleza demonstra o objetivo por parte do governo estadual e municipal de organizar a porção mais rica e turística da capital cearense, delimitando e segregando os moradores mais pobres.

O primeiro Conjunto Habitacional edificado pelo Programa Estadual foi o Santa Terezinha, iniciado no ano de 1979, para receber moradores de cinco comunidades adjacentes, tais elas: Buraco da Gia, Guabiru, Alto da Saúde, Maceió e Lagoa do Coração. Estas favelas transferidas ao Conjunto Santa Terezinha nasceram da instalação do Porto do Mucuripe e de algumas indústrias ali implantadas, onde muitos trabalhavam e, também, pela proximidade com a orla marítima, acarretando a chegada de muitos habitantes que viviam de atividades ligadas à pesca. Em abril de 1983, houve o início da construção do Santa Terezinha II, destinada a favela Olga Barroso.

Ambos os conjuntos habitacionais foram entregues com muitos problemas. O núcleo I, com menos de um ano de existência, já apresentava seus impasses devido às chuvas. As falhas no asfalto resultaram na impossibilidade de os ônibus circularem no interior do conjunto, característica mais propagandeada pelo PROAFA e inédita, pois nem a FSFF e nem o BNH entregaram nenhum conjunto habitacional com este serviço. Desse modo, os moradores viam que a política também era negligente por empregar materiais de má qualidade naquele espaço. As habitações também apresentavam muitos defeitos, “sem os serviços de água, esgoto e instalações elétricas, além da pintura interna [...]” (O Povo, 06/04/1983, p. 7).

As duas etapas do Santa Terezinha tinham o total de 1022 habitações e cerca de seis mil habitantes, estando localizado no atual bairro Vicente Pinzon, o qual se confunde com o Grande Mucuripe e integra as comunidades do Cais do Porto, Castelo Encantado, Serviluz, Titanzinho, Mucuripe, De Lourdes e Santa Terezinha. O local possui cerca de 45,5 mil habitantes e uma área de aproximadamente 3,07 km<sup>2</sup>. Além dos problemas de infraestrutura, o Vicente Pinzon é, ainda, um dos bairros mais violentos da capital cearense, e apesar dos projetos sociais e culturais naquele lugar, ele mostra que os conjuntos do PROAFA e da FSSF não conseguiram promover a prometida ascensão socioespacial para estes moradores mais pobres.

Em fevereiro de 1980, o Conjunto São Francisco, nasceu da transferência de cinco áreas: Muriçoca Alta, Muriçoca Baixa, Bubu, Km 10 e Maranguapinho. Esse núcleo reforçava o objetivo principal do PROMORAR, implantar projetos de recuperação urbana em zonas alagáveis. Todas as comunidades envolvidas nesse exemplar do PROAFA enfrentavam alagamentos e enchentes do Rio Maranguapinho em períodos de chuvas. A construção desse conjunto habitacional, ao contrário da maioria, trouxe tranquilidade aos seus moradores quanto às cheias e as perdas materiais pelas quais passavam. Porém, apresentou diversas dificuldades como todos os outros conjuntos, sendo malvisto até os dias atuais.



O terceiro conjunto habitacional erguido pelo PROAFA foi o Santa Cecília ou São Vicente de Paula. Sendo um dos exemplares da política de reurbanização, o local existia há mais de 25 anos e ficava nas imediações da Aldeota, bairro nobre de Fortaleza. Originalmente chamado de favela da Quadra ou Quadra Santa Cecília,<sup>17</sup> esta área nunca esteve listada como prioridade de intervenção por parte da FSSF e nem pelo PROAFA. Porém, com o apelo dos seus moradores, que solicitavam o saneamento do lugar por reconhecerem a condição de marginalidade em que se encontravam, houve a recuperação daquele espaço e a transformação dele em conjunto habitacional.

A diferença entre a favela e o conjunto habitacional era, no caso de Fortaleza, apenas a intervenção governamental e a “legalidade” das casas, isto é, a entrega da escritura do imóvel. Contudo, há diversos conjuntos que até os dias atuais não receberam o documento de suas casas. Outro exemplo de reurbanização deu-se com o Conjunto São Gabriel, localizado em uma área tipicamente de classe média, no bairro Joaquim Távora. Se comparados a outras partes da zona leste da Fortaleza, as residências não apresentavam um padrão de construção tão alto, mas junto ao Benfica, Parquelândia e Fátima, esses bairros correspondiam a um espaço em ascensão e de grande valor imobiliário (Souza, 2009).

Por estar em uma área valorizada e disputada, a permanência dos moradores no Conjunto São Gabriel foi mais uma vitória para a população pobre. De modo semelhante, outra comunidade localizada no bairro mais elitizado da zona leste de Fortaleza, a Aldeota, conseguiu substituir a remoção pela recuperação da favela: o Campo do América.<sup>18</sup> Embora fosse um símbolo de desordem e existir há mais de trinta anos, sendo, até mesmo, citado pela FSSF, quando do Programa Integrado de desfavelamento, foi somente no final da década de 1970, que o espaço recebeu atenção dos políticos. De acordo com o Jornal *O Povo*, os pedidos dos moradores eram por um sistema de esgoto, bem como esperavam o abastecimento de água pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará-CAGECE, pois no local existia apenas um chafariz (O Povo, 09/11/1982, p. 7).

Como a maioria dos conjuntos habitacionais do PROAFA, o Campo do América demorou bastante a ser entregue. Além disso, ele tornou-se uma das principais promessas dos políticos. Em 1984, o local ainda era chamado de favela pelo próprio PROAFA, demonstrando que a instituição não tinha concluído o conjunto, e ainda o via, dessa forma (O Povo, 28/02/1984, p. 23, Cidade em Revista). No passado, o Campo do América vivia em constante ameaça de despejo e enfrentava muita discriminação por parte dos vizinhos abastados. Atualmente, com a revitalização do campo de futebol, considerado “o coração da comunidade”, o espaço passou a ser mais um local de esporte e lazer na metrópole cearense.

<sup>17</sup> O nome adveio da proximidade com o Colégio Santa Cecília, uma instituição de ensino bastante tradicional e conhecida na capital cearense.

<sup>18</sup> O local recebeu o mesmo nome do campo de futebol do extinto clube do América.



Apesar de ocupar um espaço de grande valorização imobiliária e ter conquistado a dita urbanização do local e a posse do terreno, sendo que a entrega de escrituras das casas aconteceu em fases, antes mesmo da finalização do trabalho do PROAFA (O Povo, 04/05/1985, p. 8), o Conjunto Campo do América foi inaugurado com alguns dos problemas de outrora, a exemplo da falta de esgoto. Havia, ainda, a presença de rampas de lixo, contribuindo para a proliferação de insetos e de doenças, e os frequentes acidentes de trânsito devido ao tráfego de veículos nos principais cruzamentos que cortavam a área, imbricada entre a Aldeota e o Meireles (O Povo, 06/08/1986, p. 7). Dessa forma, embora houvesse a garantia de permanência das moradias, quase nada tinha melhorado para os moradores.

A chamada favela do Dendê<sup>19</sup> também foi outro exemplo de comunidade “urbanizada” pelo Programa de Assistência às Favelas devido à necessidade de organização e administração dos espaços em crescente valorização. O Dendê localizava-se atrás da Universidade de Fortaleza-UNIFOR, ocupado por 1500 famílias em um terreno de 27 hectares. O Dendê possuía todas as características espaciais comuns aos lugares entendidos na qualidade de favela, no ano de 1982: fisionomia de zona rural, presença de grandes entulhos de lixos e casas desordenadas construídas em leitos de ruas e avenidas (Diário do Nordeste, 02/09/1982, p. 31, Jornal dos Bairros).

Atualmente, o Dendê aparece nas notícias dos jornais e da televisão pela violência do local, além disso, a fome e o desemprego também fazem parte da realidade daquela comunidade. Em contrapartida, o bairro Edson Queiroz, onde fica o Dendê, é um dos bairros mais nobres de Fortaleza, cheio de empreendimentos comerciais, de residências e de apartamentos de luxo, mostrando a desigualdade socioespacial entre “os vizinhos” da mesma localidade, bem como a inexpressiva mudança de vida dos moradores mais pobres com a reurbanização da área, algo bastante prometido pelo governo estadual por intermédio do PROAFA.

Em 1983, outro espaço construído foi o Alto do Bode,<sup>20</sup> mas este, ao contrário dos últimos conjuntos habitacionais citados, localizava-se na periferia, portanto, pouco se tem informações nos jornais sobre a sua construção ou os seus problemas estruturais. Em resumo, os núcleos instalados em áreas nobres ou de alto valor imobiliário recebiam mais atenção dos governantes. Havia a necessidade de controlar, organizar e lucrar com estas indesejadas zonas precarizadas e malvistas que teimavam em estar próximas da população mais rica. Na construção ou na reurbanização, o Estado tentava controlar o número de moradores, limitando a quantidade de casas que podiam existir para evitar novas ocupações.

Com isto, a Prefeitura de Fortaleza e o Governo Estadual conseguiram organizar o espaço destinado aos mais pobres, a fim de “embelezar” ou disfarçar a pobreza e a ausência de um padrão paisagístico naquelas áreas marginalizadas. Em outras palavras, se não podia mais retirar esses locais incômodos da presença dos ricos,

<sup>19</sup> O local começou a ser ocupado em 1970, por famílias removidas de outras favelas, como a Brahma, a Verdes Mares, entre outras.

<sup>20</sup> Atualmente, chamado de bairro Autran Nunes.





era dever do PROAFA torná-los menos desagradáveis aos olhos dos vizinhos mais exigentes, apagando, em certa medida, o aspecto de abandono e de favela dessas comunidades. Desse modo, melhorando as ruas, construindo ou reformando casas e equipando esses locais, o governo legitimava o pagamento, ainda que simbólico, das novas residências, para que o mercado imobiliário não tivesse prejuízo em ceder um quarteirão ou alguns metros quadrados para os mais pobres.

A ocupação de um terreno se tornava uma “invasão” porque ia de encontro a lei da propriedade privada. “Ninguém” podia possuir um lote ou um teto sem ter pago por ele, do mesmo modo, nenhum cidadão podia morar dignamente nas cidades, principalmente, nas grandes capitais, sem pagar impostos (água, energia elétrica, esgoto, iluminação pública, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, condomínio etc.). As favelas não representavam apenas problemas de ordem urbanística e social, elas desafiavam a ordem econômica, pois permitiam uma moradia quase gratuita, dentro da disputada Fortaleza. A ilegalidade ou irregularidade das favelas pautavam-se, principalmente, na falta de pagamento de impostos e nas táticas de sobrevivência dos mais pobres, como a construção de cacimbas, de fossas e de “gatos”.<sup>21</sup>

A “invasão” ocorrida no Novo Lagamar, em 1983, de famílias fugindo do aluguel e das enchentes, ocasionou a construção do Conjunto Jangurussu, chamado ainda de 12 de Fevereiro, para tranquilizar e convencer os ocupantes irregulares do Conjunto Novo Lagamar a aceitarem o novo núcleo habitacional. Um dos fatores negativos do local era a proximidade com o antigo aterro sanitário do Jangurussu e a insegurança quanto a espera pela entrega das casas. As pessoas que não estavam cadastradas no Novo Lagamar tiveram que aceitar a transferência para o Conjunto 12 de Fevereiro. A conquista de uma moradia por estes ocupantes não cadastrados, acabou por impulsionar novas “invasões”, inclusive, a do próprio Conjunto Jangurussu, dado o desejo de muitos moradores por uma casa própria.

O incentivo e o apoio dessas ocupações provinham da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza-FBFF, uma entidade que surgiu em agosto de 1982, com a finalidade de ser uma “arma de luta do povo”, atuando contra as injustiças sociais, a miséria, o abandono governamental e pelo direito à moradia. A partir da criação e da atuação da FBFF, o PROAFA precisou modificar a sua política de remoção e os governantes foram pressionados a rever a prática de despejo dos mais pobres, contudo, não era sempre que estes movimentos de moradores conseguiam a garantia de permanecer em suas comunidades e/ou escapar das ordens de despejos.

Os problemas enfrentados pela FBFF não se resumiam à remoção, ocupação de terrenos e ameaças de despejos, havia inúmeras reivindicações da população mais pobre da capital cearense para solucionar os problemas de drenagem, de buracos no asfalto, do péssimo serviço de deslocamento, dos períodos de falta d'água, entre outras adversidades. A ausência de coleta de lixo também trazia muitas adversidades aos moradores, como o mau cheiro, sujeira, doenças e ratos, a exclusão também se dava

<sup>21</sup> Palavra utilizada para designar a ligação clandestina de energia elétrica, sem autorização da companhia energética.





pela carência de serviços urbanos e a lentidão dos governantes em proporcionar esses equipamentos nas regiões mais necessitadas, como no caso do funcionamento do ônibus, da falta de escolas, da ausência de postos policiais e de saúde, entre outros.

Construído próximo ao mar, devido à perspectiva do plano estratégico do PROAFA de “remover para perto”, levando em consideração às atividades exercidas pelos moradores, o Conjunto Planalto das Goiabeiras estava pouco distante das ruas do Avanço, Cacimba dos Pombos e São Cura D’Ars, de onde os moradores foram retirados. Porém, este núcleo habitacional foi uma transferência malvista pelas famílias não desejosas de saírem do Pirambu e do convívio de seus familiares, vizinhos e rotinas, ainda que estivessem a poucos quilômetros de onde residiam anteriormente. Mesmo servido de alguns equipamentos urbanos, por causa da proximidade com a região central de Fortaleza, o Planalto das Goiabeiras apresentava péssima infraestrutura e má qualidade das casas, como todos os outros.

O último conjunto habitacional do PROAFA, analisado nesta pesquisa, recebeu o nome de João Paulo II, epíteto que correspondia a uma homenagem ao Papa,<sup>22</sup> por sua visita à capital cearense, em julho de 1980. Assim como o seu vizinho, o 12 de Fevereiro ou Jangurussu, ele também demorou para ser iniciado e entregue. O atraso, segundo *O Povo*, partiu dos serviços de terraplanagem do terreno e da liberação dos recursos do PROMORAR para a compra da área (*O Povo*, 14/09/1984, p. 7). O núcleo teria 884 lotes de 110 metros quadrados adquiridos em forma de doação, através do Projeto João-de-Barro,<sup>23</sup> mas, para tanto, as famílias assinavam um contrato se comprometendo a financiar o material de construção.

Por ser uma proposta de autoconstrução, os moradores também estavam livres para utilizar os materiais de suas antigas casas, pois a “única” exigência do BNH aos novos proprietários era o financiamento do vaso sanitário e do banheiro, por questão de higiene e ordem técnica (*O Povo*, 06/10/1984, p. 5, *Revista Semanal*), já que em muitas moradias não existia esse tipo de cômodo. Levando em conta o período das enchentes, março de 1984 e, o início das obras em regime de mutirão, outubro do mesmo ano, observa-se que o dito critério de urgência, para solucionar o problema dos desabrigados, não ocorreu na prática, assemelhando-se as outras obras do PROAFA.

O anúncio do Conjunto João Paulo II serviu para tentar amenizar a imagem negativa do trabalho insatisfatório do PROAFA, a qual, após quase cinco anos de existência, só tinha entregado cerca de 4.500 moradias e beneficiado apenas trinta mil pessoas, bem como estava longe de findar a construção das prometidas cinco mil casas

<sup>22</sup> Na visita à Fortaleza, o Papa João Paulo II teve como palco de pregações e sermões, o Estádio Plácido Castelo, “Castelão”, a poucos quilômetros de onde, nove meses depois, nascia uma comunidade às margens do Aterro Sanitário do Jangurussu, próxima a Avenida Costa e Silva ou Perimetral, que ligava os distritos de Mondubim e Messejana. A sugestão de batizá-la com a alcunha do Papa João Paulo II adveio do Padre do Conjunto Palmeiras, o qual estendia a sua ação pastoral aos moradores da recente favela (*O Povo*, 16/03/1981, p. 6).

<sup>23</sup> O Projeto João-de-Barro, criado em abril de 1984, tinha o objetivo de permitir ao BNH estimular as iniciativas de seus agentes que visavam beneficiar a comunidade de baixa renda interessadas em participar de projetos habitacionais que utilizavam processos de autoconstrução.



do seu maior núcleo, o Conjunto Novo Lagamar. Em contrapartida, nos dados levantados pelo próprio Programa estadual, a capital cearense contava com quase 400 mil “favelados”, espalhados em 241 áreas marginalizadas, correspondendo a aproximadamente 25% da população fortalezense (O Povo, 18/04/1984, p. 1). Comparando aos dias atuais, as favelas de Fortaleza nunca pararam de crescer.<sup>24</sup>

O Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza finalizou suas atividades como órgão autônomo, a partir da criação da Secretaria de Ação Social-SAS, em março de 1987. Sendo extinta, definitivamente, ao ter as suas funções, finalidades, patrimônio, bens, direitos e obrigações absorvidos pela Fundação de Ação Social-FAS, em setembro de 1990, no governo do Tasso Jereissati. Com o fim do BNH, em 1986, a PROAFA perdeu seu principal investidor, pois o PROMORAR recebia recursos financeiros do Banco Nacional de Habitação. Assim, uma das alternativas para prosseguir com a construção de casas foi através do Programa Nacional de Mutirão Habitacional, implantado em 06 de novembro de 1987, o qual também promoveu a construção/reforma de diversas comunidades e conjuntos habitacionais em Fortaleza.<sup>25</sup>

## Conclusão

Em termos gerais, nenhum programa habitacional do século XX conseguiu reduzir ou findar o crescimento de áreas marginalizadas em Fortaleza. Porém, as intervenções controlaram e organizaram o uso dos espaços centrais e valorizados da capital cearense, retirando, afastando, escondendo e disfarçando os resquícios de pobreza presentes nessas áreas. Na medida em que o centro excluía os mais pobres, a periferia os abrigava, tornando esta região cada vez maior, tanto em questão territorial quanto populacional. Todavia, a zona periférica da capital cearense não recebia o cuidado necessário da Prefeitura e do Estado, logo, as demandas estruturais e de serviços urbanos pouco eram supridas, fato que mantinha os moradores em condições de marginalidade.

Assim como alguns dos Conjuntos Habitacionais construídos pelo BNH, FSSF e o PROAFA tornaram-se bairros (Máximo, 2012), muitos locais que eram considerados favelas, até a década de 1980, também receberam o título de bairro, mas, em parte,<sup>26</sup> a exemplo do Pirambu, Pici, Bom Jardim, Vila Velha, Genibaú, Jangurussu, Dias Macêdo,

<sup>24</sup> Segundo o Censo Demográfico de 2022, coletado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Fortaleza continha 578.071 pessoas morando em uma das 503 favelas da capital cearense, representando cerca de 24% da população fortalezense. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/censo-do-ibge-mostra-que-favelas-do-ce-tem-entre-60-e-24-mil-moradores-veja-como-e-em-sua-cidade-1.3580694>. Acesso em: 15 mar. 2025.

<sup>25</sup> Ver Silva (2021).

<sup>26</sup> O local foi elevado à bairro, porém há territórios internos que ainda são considerados favelas. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/censo-do-ibge-mostra-que-favelas-do-ce-tem-entre-60-e-24-mil-moradores-veja-como-e-em-sua-cidade-1.3580694>. Acesso em 15 mar. 2025.



Serrinha e Bela Vista. Atualmente, esses bairros citados e alguns outros, formados após 1980, permanecem precarizados, considerados favelas urbanizadas e com grande concentração de moradores em situação de vulnerabilidade social.<sup>27</sup> De todo modo, o último Censo Demográfico do IBGE, mostrou que quase todos os 121 bairros da capital cearense possuem ao menos uma favela.<sup>28</sup>

Em contrapartida, algumas das favelas que foram transferidas ou transformadas em conjuntos habitacionais, as quais, na teoria, não deveriam mais receber esse título, após as intervenções governamentais, continuaram a ser consideradas dessa forma pelos órgãos oficiais, até os dias atuais, tais como: o Lagamar, o Dendê, o Planalto das Goiabeiras, o Alto do Bode, o Campo do América, o Conjunto São Gabriel, o Conjunto Tancredo Neves, o Conjunto Santa Terezinha, o Conjunto São Vicente de Paula, o Conjunto São Francisco, o Conjunto João Paulo II, todos os núcleos da PROAFA. O Novo Mondubim, do BNH, bem como, o Conjunto Palmeiras, Alvorada e Joana D'Arc, da FSSF, também estão incluídos nessa (des)classificação.

As favelas constroem e mantêm as cidades, mas não podem existir nelas. Os pobres têm o dever de servir e desenvolver o espaço urbano, porém não lhes concedem o direito de morar dignamente. A favela é vista como um problema por quem o sistema sempre destinou os melhores locais e as maiores opções de residência, por outro lado, é considerada a solução para quem tem pouca condição financeira ou chega aos grandes municípios em busca de melhorar de vida. Quando as elites e os governantes marginalizam e excluem os mais vulneráveis, a favela passa a ser a materialização da resistência, onde a luta é constante e cotidiana.

<sup>27</sup> Como aponta a reportagem do Diário do Nordeste sobre quem são os bairros mais pobres da capital cearense. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/quais-os-20-bairros-mais-pobres-de-fortaleza-genibau-lidera-ranking-com-renda-media-de-r-12-mil-1.3677501>. Acesso em: 03 nov. 2025.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

## Fontes documentais

CEARÁ, Governo do Estado. **Fundação Programa de Assistência às favelas da Região Metropolitana de Fortaleza**. Secretaria do Planejamento e Coordenação. Fortaleza, 1980.

CEARÁ, Governo do Estado. **Relação das favelas identificadas na Região Metropolitana de Fortaleza**. Secretaria do Planejamento e Coordenação. Fortaleza, 1980.

DIÁRIO DO NORDESTE (1979-1987).

O POVO (1979-1987).

## Referências bibliográficas

ALDIGUERI, Camila. **Metamorfoses da terra na produção da cidade e da favela em Fortaleza**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ALMEIDA, Rodrigo Cavalcante de. **A modernidade e as favelas: a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

ARAÚJO, Erick Assis. **Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza**. Fortaleza: INESP, 2007.

BARROS, A. da C. **"Ninguém vai sair!": ocupações, despejos e luta por moradia em Fortaleza (1979-1987)**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

BARROS, A. da C. **Retirar, afastar e esconder: erradicação de favelas e exclusão socioespacial na cidade de Fortaleza (1972-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BRAGA, Elza Maria F. **Os labirintos da habitação popular: conjunturas, programas e atores**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

BRASIL, A. M.; NASCIMENTO, J. C. e CARNEIRO, A (2011). (Re)ordenar o xadrez: Plano de Saboia Ribeiro para a cidade de Fortaleza, 1947. In: **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT2-974-1007-20110106233403.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.



BRUM, Mário S. Ignácio. **Cidade Alta**: histórias, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, José Liberal. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 2005.

CASTRO, José Liberal. **Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1977.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, Jan./Abr, 2004.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

LIMA, Diego Costa. **“Quanto mais nego eu vejo, mais nego eu fico”**: a formação socioespacial e os marcadores das africanidades em Fortaleza, Estado do Ceará. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2023.

LIMA, Paulo César Cunha. **A produção do espaço na cidade de Fortaleza-CE**: uma análise das ações, políticas, projetos e planos diretores. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 2013.

MÁXIMO, Francisco Rérisson. **Moradia, arquitetura e cidade**: mudanças e permanências na produção de habitação social no espaço urbano metropolitano de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015.

NEVES, Frederico Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUSA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

NPHEd, Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica. **Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

OLIVEIRA, Jane de Souto e MARCIER, Maria. “A palavra é: favela”. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUSA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.



RODRIGUES, Sandra Salavrandó. **A voz, o lugar e o olhar**: culturas e periferias em “Subúrbios”, de Chico Buarque. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013.

SILVA, Marcus Vinicius Bezerra. **“Povo pobre, povo com fome, é estopim”**: memórias da luta por moradia no Curió (Fortaleza – Ceará, 1995-2000) - Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2021.

SOUZA, Maria Salete. Análise da estrutura urbana. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.) **De cidade à metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VALLADARES, Licia Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.